

A Recente Evolução da Distribuição de Renda por Parcelas da Renda Domiciliar *Per Capita* no Brasil¹

Flávio Braga de Almeida Gabriel

Professor Adjunto do Programa de Pós-Graduação em Economia da Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Doutor em Economia Aplicada pela USP-SP. Professor da UNIOESTE – Campus Toledo. E-mail: fbagabriel@gmail.com

Afonso Kimura Kodama

Economista. Mestre em Desenvolvimento Regional e Agronegócio na Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Endereço Profissional: UNIOESTE – Campus Toledo. E-mail: kimura.afonso@gmail.com

Carlos Roberto Ferreira

Professor Associado do Programa de Pós-Graduação em Economia Regional da UEL. Doutor em Economia Aplicada pela USP-SP. Endereço Profissional: UEL – Departamento de Economia. E-mail: robert@uel.br

Eduardo de Pintor

Economista da Universidade Federal da Integração Latino – Americana (UNILA). Mestre e Doutorando em Desenvolvimento Regional e Agronegócio na UNIOESTE. Endereço Profissional: UNILA, Pró-Reitoria de Administração, Gestão e Infraestrutura. E-mail: eduardodepintor@hotmail.com

Resumo: Este trabalho tem como objetivo principal avaliar o comportamento da distribuição da renda domiciliar per capita (RDPC) no Brasil de 2004 a 2012. Como objetivos complementares buscaram-se: expor o debate existente na literatura recente sobre distribuição de renda no Brasil; determinar as causas imediatas de eventuais diferenças da distribuição da RDPC com base no grau de progressividade das parcelas da renda; analisar o efeito-composição e o efeito-concentração da variação do índice de Gini das parcelas da RDPC, de 2004 a 2012. Para atingir esses objetivos utilizou-se, como metodologia, o cálculo dos Índices de Gini, Mehran e Piesch e suas respectivas decomposições considerando parcelas da renda. Como base de dados foi utilizada os microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) para o período analisado. Como resultado observa-se que a parcela mais

significativa na formação de renda do brasileiro foi a remuneração dos empregados do setor privado. Além desta, as parcelas que mais se destacaram devido ao aumento de sua participação na formação da RDPC foram: aposentadorias e pensões e outros rendimentos, inclusive provenientes de programas sociais e bolsa família.

Palavras-chave: distribuição de renda; índices de desigualdade; Brasil.

DOI nº 10.5935/1981-4747.20180004

Recebimento: 05/06/2016

Aprovação: 27/12/2017

The Recent Evolution of Income Distribution Shares of Household Income Per Capita in Brazil

ABSTRACT

This work aims to evaluate the behavior of the distribution of household income per capita (RDPC) in Brazil from 2004 to 2012. As complementary objectives were sought: exposing the existing debate in the recent literature on income distribution in Brazil; determine the immediate causes of any differences in the distribution of the RDPC based on the degree of progressivity of the income shares; analyze the composition effect and the effect of varying the concentration-Gini index of portions of the RDPC from 2004 to 2012 to achieve these goals was used as a methodology, the calculation of the Gini Indices, Mehran and Piesch and their decompositions considering income shares. As database microdata from the National Survey by Household Sampling (PNAD) for the study period was used. Results showed that the most significant part in the formation of Brazilian income was compensation of employees in the private sector. Besides this, the plots that stood out due to the increase of their participation in the formation of the RDPC were: pensions and other income, including from social programs and family allowance.

Keywords: income distribution; indices of inequality; Brazil.

1. INTRODUÇÃO

O Brasil apresenta, a partir de 2001, queda na desigualdade da distribuição da Renda Domiciliar *per capita* (RDPC), conforme apontou o trabalho do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA (2006). Essa queda se mostrou sistemática nos anos seguintes e alvo de estudos, tais como: IPEA (2010), Hoffmann (2011) e Hoffmann (2013).

Desde 1952, a condição de alta desigualdade da distribuição da renda no Brasil vem sendo discutida baseado na mensuração de alguns índices de concentração de renda abordados no trabalho de Kingston (1952). No entanto, apenas a partir da década de 70, os resultados de Kingston (1952) passaram a ter maior credibilidade através dos estudos de Hoffmann e Duarte (1972), Fishlow (1972) e Langoni (1973) que fundamentaram seus estudos em dados fornecidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Pesquisas sobre a distribuição de renda *per capita* do Brasil para a década de 1980 e início da década de 1990 podem ser encontradas nos trabalhos de Hoffmann (1989), Hoffmann (2003), Ramos (1993), Barros e Mendonça (1995) e Maia (2010). Cabe ressaltar que tais trabalhos não encontraram, à época, situação animadora para a distribuição de renda, no que tange à redução da concentração da renda.

Vários estudos foram realizados com o objetivo identificar os fatores responsáveis pela queda na desigualdade de renda no período recente, tais como: o papel dos programas

A Recente Evolução da Distribuição de Renda por Parcelas da Renda Domiciliar Per Capita no Brasil

sociais de transferência de renda (Soares *et al.* (2006), Soares (2006), Barros *et al.* (2007) e Nascimento e Reis (2009)); a queda da taxa de inflação gerada pela estabilidade econômica advinda do Plano Real como redutora da desigualdade de renda e; o trabalho de Wajzman *et al.* (2007) que analisou as mudanças na estrutura demográfica e a relacionaram com a desigualdade de renda.

Salienta-se que, a RDPC origina-se de várias fontes; tais como: o trabalho principal em que o indivíduo se dedica; ou mesmo do recebimento de juros; ou do rendimento de alugueis. Os trabalhos de Hoffmann (2011) e Hoffmann (2013) levaram em consideração as parcelas da renda e suas respectivas contribuições para a desigualdade da renda. É importante comentar que, a RDPC quanto mais particionada, mais facilmente identifica-se como cada parcela contribui para a concentração da renda. Portanto, calcular as parcelas de todas as fontes de renda para composição do índice de Gini se faz necessário para mensurar o impacto de cada uma delas. Neste trabalho, tem o intuito de apresentar os valores calculados para o índice de Gini e sua decomposição em 10 parcelas da renda e a mensuração do grau de concentração dessas parcelas.

A pesquisa é justificada pela possibilidade da visualização crítica dos fatores que contribuem para a formação e desigualdade da RDPC entre os anos de 2004 a 2012 no Brasil. Dessa forma, este estudo busca responder, tendo por base de dados as PNADs do período, as seguintes questões: (1) Como se comportou a desigualdade da distribuição da renda domiciliar *per capita* no Brasil a partir de 2004? (2) Qual foi a contribuição de cada parcela da RDPC na desigualdade da renda? (3) Quais as causas imediatas da evolução da desigualdade da RDPC no Brasil?

O estudo em questão tem como objetivo principal avaliar o comportamento da distribuição de renda no Brasil de 2004 a 2012. Complementarmente, o estudo buscou apresentar nos objetivos secundários os seguintes pontos: a discussão existente na literatura atual sobre distribuição de renda no Brasil; determinar as causas imediatas da distribuição da RDPC do Brasil com base no grau de progressividade das parcelas da renda; analisar os efeitos composição e concentração da variação do índice de Gini das parcelas da RDPC.

A fim de atender todos os objetivos propostos nesse estudo, utilizou-se os microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) para o referido período análise. Apesar da base de dados da PNAD apresentar algumas restrições como citado por Hoffmann (1988) Hoffmann (2000), é inegável que a mesma apresenta a maior sequência de anos com informações sobre a RDPC e que, os dados disponíveis nessa base de dados são originados de uma fonte confiável, o IBGE.

Como metodologia, optou-se por calcular os índices de Gini, Mehran e Piesch e suas respectivas decomposições considerando 10 parcelas da RDPC. Embora o índice de Gini seja o mais usado, é interessante utilizar esses outros dois índices, pois os mesmos apresentarem sensibilidades diferentes quanto a decomposição da mudança dos índices. Entretanto, ressalta-se que, existem outras medidas de desigualdade de renda diretamente relacionadas à Curva de Lorenz além do índice de Gini.

O trabalho está estruturado em cinco seções, incluindo esta introdutória. Na segunda seção será apresentada algumas considerações sobre a distribuição de renda no Brasil com maior destaque no período posterior a 2001. A terceira seção apresentará a base de dados e as medidas de desigualdade utilizadas no trabalho, bem como a decomposição do índice de Gini para a RDPC. Na quarta seção serão apresentados os resultados encontrados para as medidas de desigualdade no Brasil e sua decomposição conforme as parcelas da renda, bem como a discussão das causas imediatas da distribuição da RDPC do Brasil. Na última sessão será apresentada as considerações finais do trabalho.

2. CONSIDERAÇÕES SOBRE DISTRIBUIÇÃO DE RENDA NO BRASIL COM ENFOQUE NO PERÍODO RECENTE (PÓS-2001)

De acordo com o IPEA (2006), a partir de 2001, a desigualdade da RDPC, medida pelo índice de Gini, caiu de forma contínua e substancial no Brasil. Segundo este estudo, o índice em 2001 era de 0,593 que decresceu para 0,569 em 2004 e os cinco determinantes imediatos da RDPC responsáveis por essa queda foram: (I) características demográficas das famílias; (II) transferências de renda; (III) remuneração de ativos; (IV) acesso a trabalho, desemprego e participação no mercado de trabalho e; (V) distribuição dos rendimentos do trabalho.

Hoffmann e Ney (2008), embora tivessem como objetivo principal discutir as principais restrições dos dados da PNAD, Censo Demográfico e do Sistema de Contas Nacionais para os estudos da desigualdade da distribuição de renda no Brasil com o intuito de analisar até que ponto tais restrições podiam afetar o diagnóstico da evolução da desigualdade da renda; complementarmente, apresentaram resultados relacionados à desigualdade da RDPC. Segundo os autores, houve redução da desigualdade no período de análise (2001-2006), quando o índice de Gini passou de 0,594 para 0,559. Os autores justificam que, a queda foi motivada pela diminuição da razão de concentração da renda de diversos componentes da renda, principalmente da renda do trabalho dos empregados, da

A Recente Evolução da Distribuição de Renda por Parcelas da Renda Domiciliar Per Capita no Brasil

renda de “juros e bolsa família” e de aposentadorias e pensões.

O IPEA (2010) analisou a distribuição de renda de 1995 a 2009, tendo como base de dados as PNADs, com ênfase no último ano da pesquisa, privilegiando três aspectos complementares entre si: o primeiro foi a análise e decomposição por fatores da queda da desigualdade de 1995 a 2009; o segundo foi a queda da pobreza em 2009 e; o terceiro foi a análise do crescimento da renda por vigésimo de sua distribuição.

Os resultados do IPEA (2010) apontaram que houve uma queda na desigualdade da distribuição da renda no período pós-2001; porém, o ano de 2009 apresentou um ritmo de queda um pouco menor que nos anos anteriores. Segundo o estudo, essa diminuição no ritmo de queda não é preocupante e nem indica o início de uma tendência de menor redução da desigualdade. Nesse caso, a redução do ritmo de queda da desigualdade da renda está atrelada ao mercado de trabalho que foi impactada negativamente pela crise financeira de 2008. Entretanto, as medidas governamentais de combate aos efeitos da crise, como o aumento real do salário mínimo, mitigaram parte dos efeitos negativos do mercado de trabalho.

O estudo de Barros et al. (2010) analisou a evolução da desigualdade da renda no Brasil até o ano de 2007, abordando os seguintes temas: as mudanças nas transferências de renda do governo; as mudanças nos diferenciais de salário por nível de escolaridade; mudanças no mercado de trabalho e; as mudanças no salário mínimo. Segundo os autores, há mais de quatro décadas, a desigualdade de renda no Brasil é alvo de um grande número de estudos que apontam que o Brasil tem um alto e persistente nível de desigualdade. No entanto, a partir do ano de 2001, o país experimentou um declínio acentuado e contínuo da desigualdade de renda declinando a uma taxa média de 1,2% ao ano, de acordo com o índice de Gini.

Ainda assim, Barros et al. (2010) alertam que apesar da forte queda na desigualdade no período recente, o Brasil ainda tem um nível de desigualdade de renda bem acima da média mundial. Os autores consideram que as recentes reduções da desigualdade de renda no Brasil permanecem limitadas, pois o sucesso do país em reduzir a desigualdade da renda é o resultado de uma política social que ainda tem sérias inconsistências somadas a um mercado com falhas. Alegam, ainda, que existe muito espaço para melhorar a concepção da política social e o funcionamento dos mercados no Brasil e, portanto, muitas oportunidades para reduzir ainda mais a desigualdade e a pobreza.

Hoffmann (2011) analisou a evolução da distribuição de renda no Brasil no período de 1992 a 2008. O autor utilizou como metodologia, entre outras, a decomposição do índice

de Gini conforme as parcelas da renda, mensurou o grau em que os componentes do rendimento são progressivos ou regressivos e seu efeito sobre a distribuição de renda entre os anos de 1995 a 2008. Ainda, analisou os fatores determinantes das mudanças na desigualdade de renda entre as pessoas ocupadas no período citado. Como resultado apontou que, de acordo com os dados disponíveis, houve um declínio sistemático da desigualdade da distribuição da RDPC a partir de 2001, conforme Tabela 1. Assinalou ainda que, a desigualdade na distribuição dos rendimentos do trabalho entre pessoas ocupadas apresentou tendência de declínio desde 1993.

Tabela 1 - Medidas de desigualdade na RDPC no Brasil, 2001-2008: Índices de: Gini (G), Theil-T (T), Mehran (M), Piesch (P); percentual de renda apropriada pelos 10% mais ricos (10 +), 5% mais ricos (5 +), 1% mais rico (1 +) e os 50% mais pobres (50 -)

Ano	G	T	M	P	10+	5+	1+	50-
2001	0,594	0,720	0,726	0,528	47,2	33,8	13,8	12,7
2002	0,587	0,705	0,718	0,522	46,8	33,5	13,4	13,1
2003	0,581	0,680	0,713	0,515	46,0	32,7	13,0	13,3
2004	0,569	0,656	0,700	0,503	45,0	31,9	12,8	14,0
2005	0,566	0,651	0,697	0,501	45,0	32,0	12,9	14,2
2006	0,560	0,635	0,690	0,495	44,5	31,6	12,6	14,6
2007	0,552	0,615	0,684	0,486	43,6	30,8	12,3	14,9
2008	0,544	0,601	0,675	0,479	43,0	30,4	12,2	15,4

Fonte: Hoffmann (2011).

Ainda segundo Hoffmann (2011), a importância relativa dos fatores que afetam a distribuição de renda no Brasil variou de acordo com o período examinado. Entretanto, como conclusão, apontou os principais fatores para a diminuição da concentração de renda:

- 1- Os programas de transferência de renda, como o Bolsa Família e o BPC foram cruciais. Sua contribuição para a queda da desigualdade da renda no período 1998-2008 foi em torno de 21%. No entanto, o impacto do programa de transferência de renda Bolsa Família tem especial relevância, dada sua pequena participação no total dos rendimentos.
- 2- Mais de 50% da redução da desigualdade está associada a ganhos obtidos no mercado de trabalho. Eles são a consequência de mudanças na taxa de retorno à escolaridade, combinadas com mudanças no nível e na distribuição de escolaridade. Entretanto, a influência do aumento do salário mínimo real, a partir de 1996, não deve ser esquecida.
- 3- De acordo com os dados da PNAD, as pensões e aposentadorias oficiais são um componente regressivo da renda familiar *per capita* desde 1999, dado que, desde então, a sua razão de concentração manteve-se ligeiramente mais elevada do que o índice de Gini. No entanto, graças ao aumento mais rápido do piso desses benefícios, que seguem, legalmente, o reajuste do salário mínimo, houve contribuição de 9% para a redução da desigualdade geral no período 1998-2008.
- 4- As alterações na quantidade e nível de renda dos servidores públicos estatutários contribuíram para aumentar o índice de Gini. Este efeito se tornou ainda mais forte no período 2003-2008. (HOFFMANN, 2011, p. 215).

Hoffmann (2013) analisou o papel desempenhado por algumas parcelas da RDPC no processo de redução da desigualdade da distribuição da renda no Brasil entre 1995 a 2011. Com o intuito de atingir o objetivo do estudo, o autor utilizou-se dos dados da PNAD

A Recente Evolução da Distribuição de Renda por Parcelas da Renda Domiciliar Per Capita no Brasil

destacando a parcela onde se insere o Programa Bolsa Família por ser especialmente progressiva, no entanto, essa parcela sofre influência de outros componentes.

Infelizmente, as transferências federais estão incluídas na última pergunta do questionário, destinada a captar o valor recebido como “juros de caderneta de poupança e de outras aplicações financeiras, dividendos, programas sociais ou outros rendimentos”. Trata-se de uma mistura de rendas regressivas (como juros e dividendos) e progressivas (como Bolsa Família e BPC). (HOFFMANN, 2013, p. 207).

O estudo de Hoffmann (2013) aponta como resultados a continuidade na redução do índice de Gini em 2011 em comparação aos anos anteriores, pois passou de 0,543 em 2008 para 0,527, em 2011. Na Tabela 2 são apresentadas as parcelas que mais contribuíram para a queda do índice de Gini de 2001 a 2011 e suas respectivas participações percentuais nessa queda.

Tabela 2 - Parcelas que mais contribuíram para a queda do índice de Gini e a participação percentual na queda, de 2001 a 2011

PARCELAS	Participação % na queda
EMP. Rendimento de Todos os Trabalhos de Empregados do Setor Privado	41,5
AP1. Rendimento de Aposentadorias e Pensões pagas pelo Sistema de Previdência “Oficial” (do INSS ou do Regime Especial para Funcionários Públicos);	18,6
PAT. Rendimento de todos os Trabalhos de Empregadores	16,7
JUR1. Estimativa do Rendimento de Transferências do Governo Federal, incluindo Bolsa Família e Benefício de Prestação Continuada (BPC)	16,1

Fonte: Hoffmann (2013)

Segundo Hoffmann (2013), a contribuição da parcela JUR1 com 16,1% na redução do índice de Gini de 2001 a 2011 pode ser considerada como fato “extraordinário” dada sua participação média na renda total declarada ser inferior a 1%. “Isso está associado à grande progressividade das transferências federais, particularmente as do Programa Bolsa Família”, (HOFFMANN, 2013, p. 215).

3. METODOLOGIA

3.1 Decomposição do índice de Gini e a medida da progressividade de uma parcela da renda

A metodologia de decomposição do coeficiente de Gini, apresentada nesse trabalho, fundamenta-se em Pyatt *et al.* (1980), sendo base também de trabalhos posteriores a este, tais como: Ercelawn (1984), Mariano e Lima (1998), Neder (2001), Hoffmann (2002), Hoffmann (2005) e Hoffmann (2009), Ferreira (2003), Ferreira *et al.* (2009) e Ferreira *et al.* (2010) e Santos (2009). Neste trabalho a divisão da renda domiciliar será feita em dez parcelas, que são:

- 1 - Renda do trabalho de Empregados do Setor Privado;
- 2 - Renda do trabalho de Militar e Funcionário Público Estatutário;
- 3 - Renda do trabalho de Conta Própria;
- 4 - Renda do trabalho de Empregadores;

A Recente Evolução da Distribuição de Renda por Parcelas da Renda Domiciliar Per Capita no Brasil

5 - Aposentadorias e pensões “oficiais” de até 1 salário mínimo¹;

6 - Aposentadorias e pensões “oficiais” acima de 1 salário mínimo;

7 - Outras aposentadorias e pensões;

8 - Doações feitas por pessoas de outros domicílios;

9 - Rendimentos de aluguel;

10 - Outros Rendimentos: Juros, dividendos, transferências de programas oficiais como o Bolsa Família ou Renda Mínima;

O rendimento do trabalho, que é constituído pelos pagamentos brutos obtidos de todas as atividades das pessoas de 10 anos ou mais de idade, está dividido em quatro tipos, conforme a natureza do trabalho principal da pessoa, correspondendo às parcelas 1, 2, 3 e 4.

Os rendimentos de aposentadorias e pensões são pagamentos feitos pelo governo federal ou por instituto de previdência federal, estadual ou municipal, além de entidades seguradoras ou fundos de pensão. Neste trabalho, foi dividido em três tipos, sendo representados pelas parcelas 5, 6 e 7.

Os rendimentos de doações são os provenientes de pessoa não moradora na unidade domiciliar, representados pela parcela 8.

Os rendimentos de aluguel incluem sublocação e arrendamento de móveis, imóveis, máquinas, equipamentos, animais, etc, representados pela parcela 9.

Os “outros rendimentos” constituem uma mistura heterogênea captada por meio da última pergunta sobre rendimento no questionário da PNAD. Estes são os juros decorrentes de aplicações em ativos financeiros de renda fixa ou caderneta de poupança e também os pagamentos dos programas governamentais de assistência, podendo ser programa oficial de auxílio educacional (como o Bolsa-Escola) ou social (Renda Mínima, Bolsa Família, Benefício de Prestação Continuada - BPC-LOAS, Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - PETI e outros), representados pela parcela 10.

A seguir é exposta a decomposição estática do índice de Gini conforme parcelas da renda, de acordo com Hoffmann (2009, p. 214-217).

Pode-se demonstrar que o índice de Gini pode ser representado por:

$$G = \frac{2}{n\mu} \text{cov}(i, x_i) \quad (1)$$

Considere-se, em seguida, que a renda x_i é formada por k parcelas, de maneira que

¹ Calcula-se que um rendimento x é “menor ou igual ao salário mínimo” quando $x < M$ com M sendo o valor arredondado para o inteiro mais próximo de 1,095 vezes o salário mínimo corrente. Assim, em 2012 o valor de M é $1,095 \times R\$622 = R\681 .

$$x_i = \sum_{h=1}^k x_{hi} \tag{2}$$

onde x_{hi} representa o valor da h -ésima parcela da renda da i -ésima pessoa.

A média da h -ésima parcela é:

$$\mu_h = \frac{1}{n} \sum_{i=1}^n x_{hi} \tag{3}$$

e a proporção acumulada do total dessa parcela até a i -ésima pessoa na série (1) é:

$$\Phi_{hi} = \frac{1}{n\mu_h} \sum_{j=1}^i x_{hj} \tag{4}$$

Analogamente, a definição da curva de Lorenz, denomina-se curva de concentração da h -ésima parcela à curva que mostra como Φ_{hi} e varia em função de p_i . Cabe ressaltar que, na construção da curva de concentração de x_{hi} é utilizada a ordenação do x_i (e não a ordenação do x_{hi} , que pode ser diferente).

Admitindo que $x_{hi} \geq 0$ e sendo β_h a área entre a curva de concentração de x_{hi} e o eixo das abscissas (p_i), a respectiva razão de concentração é definida como:

$$C_h = 1 - 2\beta_h \tag{5}$$

Analogamente a (1), pode-se demonstrar que:

$$C_h = \frac{2}{n\mu_h} \text{cov}(i, x_{hi}) \tag{6}$$

Verifica-se que $-1 + \frac{1}{n} \leq C_h \leq 1 - \frac{1}{n}$.

A participação da h -ésima parcela na renda total é:

$$\varphi_h = \frac{\sum_{i=1}^n x_{hi}}{\sum_{i=1}^n x_i} = \frac{\mu_h}{\mu} \tag{7}$$

Pode-se demonstrar que o índice de Gini é a seguinte média ponderada das razões de concentração:

$$G = \sum_{h=1}^k \varphi_h C_h \tag{8}$$

Como $\sum \varphi_h = 1$, pode-se escrever

$$G = G - \sum_{h=1}^k \varphi_h (G - C_h) \tag{9}$$

A Recente Evolução da Distribuição de Renda por Parcelas da Renda Domiciliar Per Capita no Brasil

Com $\varphi_h > 0$, o sinal de $G - C_h$ é que determina se a parcela contribui para reduzir ou aumentar o valor do índice de Gini. Se $C_h < G$ a parcela x_{hi} está contribuindo para reduzir o índice de Gini. Se $C_h > G$, a parcela x_{hi} está contribuindo para aumentar o índice de Gini.

Para uma parcela $x_{hi} \geq 0$ da renda x_i , define-se a medida de progressividade de Lerman-Yitzhaki como

$$\pi_h = G - C_h \quad (10)$$

Um tributo (t_i) pode ser considerado uma parcela negativa da renda final, isto é,

$$t_i = -x_{hi} \quad (11)$$

A curva de concentração do tributo é construída usando os valores de t_i e a respectiva razão de concentração pode ser obtida por meio de (5) ou (6). Nota-se que nesta última expressão a troca de sinal de x_{hi} não afeta o resultado, pois ocorre troca do sinal da covariância e de μ_h .

De acordo com (9), um tributo contribui para reduzir a desigualdade se $C_h > G$, pois o respectivo φ_h será negativo. Então, para incluir o caso dos tributos, a medida de progressividade de Lerman-Yitzhaki deve ser definida como

$$\pi_h = (\text{sinal de } \varphi_h)(G - C_h) \quad (12)$$

O nome dado a essa medida de progressividade é um reconhecimento do pioneirismo de Lerman e Yitzhaki (1985) e Lerman e Yitzhaki (1995), que ressaltaram a importância de considerar a ordenação das rendas finais e demonstraram que, dado um pequeno acréscimo proporcional em x_{hi} , isto é, multiplicando x_{hi} por $1 + \theta$, com θ arbitrariamente pequeno, a variação ΔG causada no índice de Gini é tal que

$$\lim_{\theta \rightarrow 0} \frac{\Delta G}{\theta} = \varphi_h (C_h - G) = -\pi_h |\varphi_h| \quad (13)$$

com $|\varphi_h|$ indicando o valor absoluto de φ_h .

Essa expressão mostra que a elasticidade de G em relação a x_{hi} é:

$$\varphi_h \left(\frac{C_h}{G} - 1 \right) = -\frac{\pi_h |\varphi_h|}{G} \quad (14)$$

As expressões (13) e (14) mostram como o efeito de um pequeno acréscimo proporcional na parcela x_{hi} sobre o índice de Gini depende do grau de progressividade da

parcela e do valor absoluto da sua participação na renda total. Na realidade, são esses resultados que justificam considerar a expressão (12) como uma medida apropriada da progressividade da parcela x_{hi} .

4. ANÁLISE DOS RESULTADOS

4.1 Decomposição dos índices de desigualdade no Brasil conforme parcelas da RDPC

Esta sessão busca responder o que ocasionou o comportamento dos índices de desigualdade da distribuição da RDPC no Brasil pela análise de suas parcelas, no período de 2004 a 2012. Para tal, inicialmente (subtópico 4.1.1) apresentam-se as participações das parcelas na formação da RDPC e em seguida (subtópico 4.2.2) são apresentados os valores encontrados para as razões de concentração e para o grau de progressividade de cada parcela da renda, utilizando três índices: Gini, Mehran e Piesch.

4.1.1 Participação das parcelas na formação da RDPC no Brasil

A Tabela 3 apresenta a participação percentual dos componentes da RDPC no Brasil no período de 2004 a 2012.

Tabela 3 - Participação percentual dos componentes da RDPC do Brasil, de 2004 a 2012

Ano	Parcelas										Total
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	
2004	39,66	10,10	15,46	11,21	4,67	13,37	1,46	0,73	1,73	1,61	100,0
2005	40,06	9,83	14,75	11,33	5,01	13,11	1,61	0,71	1,81	1,78	100,0
2006	39,21	10,65	14,17	11,91	5,28	12,65	1,51	0,71	1,73	2,18	100,0
2007	40,48	10,89	15,57	10,06	5,57	12,36	1,44	0,55	1,48	1,60	100,0
2008	41,08	10,90	13,67	10,93	5,64	12,51	1,29	0,50	1,68	1,81	100,0
2009	40,81	11,25	13,54	10,62	6,12	12,63	1,31	0,44	1,55	1,72	100,0
2011	42,71	10,91	15,45	8,27	6,31	11,85	1,21	0,26	1,08	1,96	100,0
2012	41,87	10,51	15,33	9,32	6,63	11,24	1,14	0,27	1,25	2,44	100,0

Fonte: Elaboração própria a partir de IBGE – dados individuais das PNADs de 2004 a 2012.

1 – Empregados do Setor Privado; 2 – Militar e Funcionário Público; 3 – Conta Própria; 4 – Empregadores; 5 – Aposen. e pensões (até 1 SM); 6 – Aposen. e pensões, (acima de 1 SM); 7 – Outras aposen. e pensões; 8 – Doações; 9 – Aluguel; 10 – Outros Rendimentos.

A Figura 1 facilita a visualização dos resultados encontrados para a participação de cada parcela da renda, no período de 2004 a 2012, para o Brasil.

A Recente Evolução da Distribuição de Renda por Parcelas da Renda Domiciliar Per Capita no Brasil

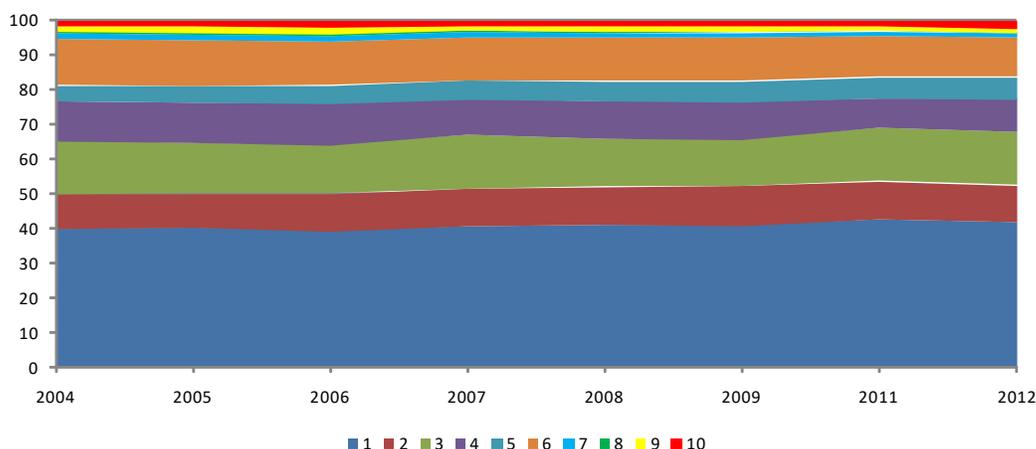


Figura 1 - Participação percentual dos componentes da RDPC do Brasil, de 2004 a 2012

Fonte: Elaboração própria a partir de IBGE – dados individuais das PNADs de 2004 a 2012.

1 – Empregados do Setor Privado; 2 – Militar e Funcionário Público; 3 – Conta Própria; 4 – Empregadores; 5 – Aposen. e pensões (até 1 SM); 6 – Aposen. e pensões, (acima de 1 SM); 7 – Outras aposen. e pensões; 8 – Doações; 9 – Aluguel; 10 – Outros Rendimentos.

No Brasil, a parcela 1 (remuneração de empregados do setor privado) é claramente a maior, demonstrando grande importância dessa parcela na formação da RDPC. Já a parcela 2 (remuneração de militares e funcionários públicos) teve, em 2012, participação de 10,51% na renda total. Dessa forma, fica evidente que o setor público tem papel particularmente relevante na formação da RDPC no Brasil. Tal relevância do setor público na economia nacional pode ser analisada considerando o número de pessoas ocupadas conforme sua posição na ocupação, como apresentado na Tabela 4. No Brasil, os militares e funcionários públicos estatutários representam 7,4% do total de pessoas ocupadas com 15 anos ou mais de idade.

Tabela 4 - Pessoas de 15 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, por Grandes Regiões, segundo a posição na ocupação e a categoria do emprego no trabalho principal em 2012

Posição na ocupação e categoria do emprego no trabalho principal	Números relativos (%)					
	Brasil	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	C-Oeste
1) Empregados e trabalhadores domésticos (i+ii) ou (a+b+c)	68,9	58,4	59,7	75,4	68,9	73,1
a) Com carteira de trabalho assinada	41,6	25,0	26,8	51,1	47,2	43,0
b) Militares e estatutários	7,4	9,6	7,2	7,0	6,6	9,7
c) Outros sem carteira de trabalho assinada	19,8	23,8	25,7	17,2	15,2	20,3
i) Empregados (d+e+f)	62,1	52,6	53,3	68,0	63,0	65,9
d) Com carteira de trabalho assinada	39,6	24,0	25,7	48,3	45,3	40,6
e) Militares e estatutários	7,4	9,6	7,2	7,0	6,6	9,7
f) Outros sem carteira de trabalho assinada	15,1	18,9	20,4	12,6	11,1	15,6
ii) Trabalhadores domésticos (g+h)	6,8	5,8	6,4	7,4	5,9	7,2
g) Com carteira de trabalho assinada	2,0	0,9	1,1	2,7	1,9	2,4
h) Sem carteira de trabalho assinada	4,7	4,9	5,3	4,7	4,0	4,8
2) Conta própria	20,8	27,8	24,8	17,8	19,8	19,1

3) Empregadores	3,8	2,7	2,8	4,1	4,7	4,7
5) Não remunerados	2,7	6,2	4,3	1,3	3,2	1,3
6) Trabalhadores na prod. para o próp. consumo	3,8	4,7	8,3	1,5	3,3	1,9
7) Trabalhadores na const. para o próp. uso	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1
Total (1+2+3+4+5+6+7)	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios de 2012, 2013.

A Parcela 3 (rendimento de conta própria) participou com 15,3% na formação da RDPC do Brasil. De acordo com a Tabela 4, 20,8% dos trabalhadores eram “Conta Própria” em 2012. Já para a Parcela 4 (rendimento dos empregadores), os percentuais de participação na formação da renda sofreram leve queda, foram de 11,2% em 2004 e passou para 9,3% em 2012.

Retornando à Tabela 4, é possível fazer algumas observações sobre a variação do grau de informalidade das ocupações. Em 2012, o Brasil tinha 68,9% de sua população ocupada na condição de empregados e trabalhadores domésticos. Dentre os ocupados, 19,8% não tinham carteira assinada, evidenciando significativo grau de informalidade no mercado de trabalho.

Embora essa situação de informalidade no mercado de trabalho não seja foco deste trabalho, é interessante fazer algumas considerações sobre o assunto. Segundo Neri (2002), existe correlação positiva entre informalidade e incidência de pobreza, e uma relação inversa entre RDPC e taxa de informalidade.

Segundo Amadeo et al. (2000)², a taxa de rotatividade no emprego do assalariado informal é três ou quatro vezes maior do que a taxa de rotatividade no setor formal, o que traz instabilidade ao trabalhador e sua família, propiciando a aceitação, por parte desses trabalhadores, de salários abaixo dos praticados no mercado formal.

Analisando as parcelas da RDPC correspondentes aos rendimentos de aposentadorias e pensões (parcelas 5, 6 e 7), percebe-se que, a participação da parcela 5 (aposentadorias e pensões de até 1 salário mínimo) na formação da renda total no Brasil foi de 6,0% em 2012, enquanto que a parcela 6 (aposentadorias e pensões acima de 1 salário mínimo) obteve participação de 11,2%. Já a parcela 7 (outras aposentadorias e pensões), em 2012, teve pouca participação na formação da RDPC no Brasil (1,14%). Somando as participações dessas parcelas, as aposentadorias e pensões foram responsáveis por 19,0% na formação da RDPC no Brasil.

As Parcelas 8, 9 e 10 têm participação pequena na formação da RDPC. Todavia, a

² Os autores utilizaram dados da Pesquisa Mensal de Emprego (PME) para seis regiões metropolitanas brasileiras.

A Recente Evolução da Distribuição de Renda por Parcelas da Renda Domiciliar Per Capita no Brasil

última delas merece atenção. A Parcela 10, conforme apresentado na metodologia do trabalho, é uma mescla de várias rendas. Dela fazem parte rendimentos regressivos, como os Juros e os Dividendos, e rendimentos progressivos provenientes dos programas sociais governamentais (Bolsa-Escola, Renda Mínima, Bolsa Família, Benefício de Prestação Continuada - BPC-LOAS, Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - PETI e outros). Porém, como apontado por Hoffmann (2013), os rendimentos progressivos se tornaram predominantes nessa fonte de renda. De acordo com a Figura 1, em 2004, a Parcela 10 participava com 1,6% da renda total e em 2012 passou para 2,4%. Segundo Constanzi e Fagundes (2010), 25,4% da população nacional era beneficiada pelo programa Bolsa Família, em 2010.

4.1.2 Razão de Concentração e Grau de Progressividade das parcelas da RDPC na decomposição dos índices de Gini, Mehran e Piesch do Brasil de 2004 a 2012

No subtópico anterior (4.1.1) foi apresentada a participação de cada parcela na formação da RDPC. Todavia, encontrar quais delas contribuíram para aumentar ou diminuir a concentração da RDPC é o objetivo deste subtópico (4.1.2). Para tal, foram calculadas a razão de concentração e o grau de progressividade das parcelas da RDPC na decomposição dos índices de Gini, Mehran e Piesch do Brasil, de 2004 a 2012.

É importante lembrar que, pelos resultados encontrados para as razões de concentração na decomposição dos índices de Gini, Mehran e Piesch, é possível mensurar o grau de progressividade³ de Lerman-Yitzhaki para cada parcela da RDPC, o que, por sua vez, permite distinguir qual, entre elas, contribuiu para aumentar ou diminuir a desigualdade da distribuição da RDPC.

As Figuras seguintes mostram os valores encontrados para o grau de progressividade dos índices de Gini, Mehran e Piesch para dez parcelas mutuamente exclusivas da RDPC, de 2004 a 2012, para o Brasil. As linhas centrais (zero) correspondem aos índices de Gini, Mehran e Piesch. As linhas com valores positivos correspondem às parcelas progressivas da RDPC, enquanto que as linhas com valores negativos correspondem às parcelas regressivas.

³ O grau de progressividade resume-se à subtração da razão de concentração do índice (Gini, Mehran ou Piesch) de cada parcela da RDPC.

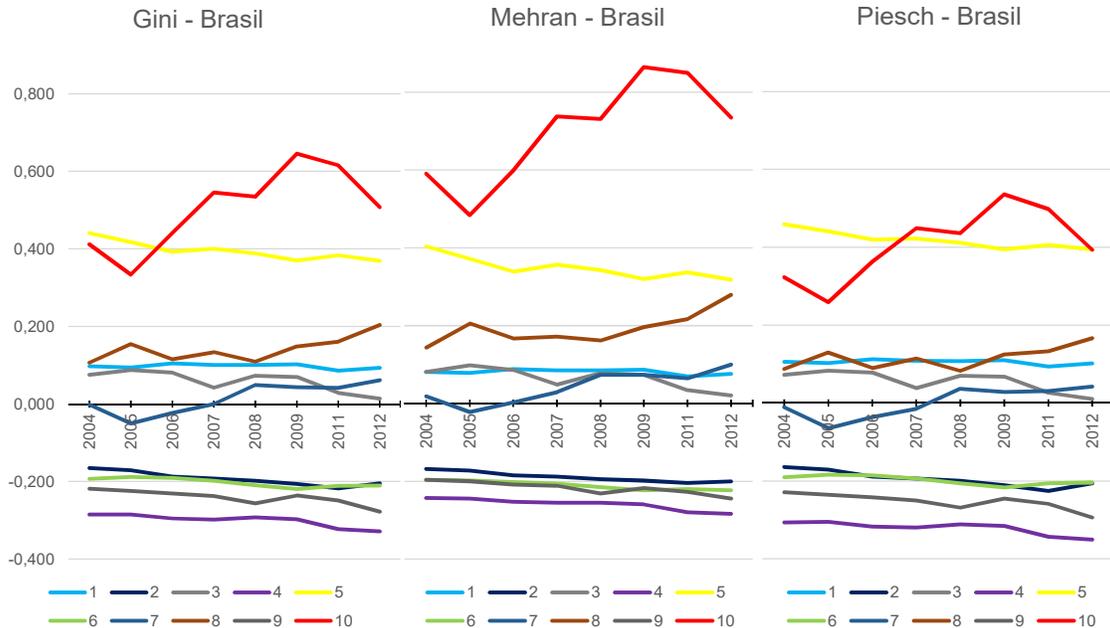


Figura 2 - Grau de Progressividade pela Decomposição do Índice de Gini, Mehran e Piesch da RDPC do Brasil, de 2004 a 2012

Fonte: Elaboração própria a partir de IBGE – dados individuais das PNADs de 2004 a 2012.
 1 – Empregados do Setor Privado; 2 – Militar e Funcionário Público; 3 – Conta Própria; 4 – Empregadores; 5 – Aposen. e pensões (até 1 SM); 6 – Aposen. e pensões, (acima de 1 SM); 7 – Outras aposen. e pensões; 8 – Doações; 9 – Aluguel; 10 – Outros Rendimentos.

Pela Figura 2, fica clara a condição de regressividade das parcelas 2, 4, 6 e 9 para o Brasil, evidenciada pelo grau de progressividade negativo dessas parcelas. Embora, para cada índice, os respectivos graus de progressividade tenham valores diferentes, todos apresentaram as mesmas parcelas nessa mesma condição. A soma dessas quatro parcelas corresponde a 32,3% da RDPC em 2012.

Entre as parcelas com grau de progressividade positivo estão as parcelas 1, 3, 5, 7, 8 e 10 que somadas foram responsáveis por 67,7% da RDPC em 2012. Porém, foi a parcela 1, proveniente do rendimento dos trabalhadores do setor privado, a que mais contribuiu para a formação da renda (41,9%), dando a ela função importante na redução dos índices de desigualdade da distribuição da RDPC.

A participação da renda dos empregados do setor privado para a diminuição da concentração da renda já foi tratada por Hoffmann (2011), onde o autor encontrou significativa importância desse componente da renda para redução da desigualdade da RDPC do Brasil.

De todas as parcelas, a 10 foi a que apresentou maior progressividade. Ainda que façam parte dela rendimentos regressivos (juros e dividendos), a alta progressividade dos

programas governamentais de transferência de renda, especialmente o Bolsa Família, foi responsável pelos altos valores encontrados.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa buscou avaliar o comportamento da distribuição da RDPC no Brasil entre os anos de 2004 a 2012 e, também, determinar as causas imediatas da evolução dessa distribuição com base no grau de progressividade de suas parcelas, além de decompor a mudança (efeito-composição e efeito-concentração) dos índices de Gini, Mehran e Piesch.

No que se refere a formação da renda do brasileiro, ficou clara, como esperado, a maior participação da parcela 1 (remuneração de empregados do setor privado). Porém, a parcelas que mais chamaram atenção foram a parcela 5 (Aposentadorias e pensões de até 1 salário mínimo) e a parcela 10 (outros rendimentos, inclusive os provenientes de programas sociais como o Bolsa Família).

Em relação a parcela 5, a mesma se destaca pelo contínuo aumento em sua participação na formação da RDPC, passou de 4,67% em 2004 para 6,63% em 2012, aumento, portanto, de 42,0%. Há de se considerar dois possíveis fatores responsáveis para tal fato. O primeiro seria um possível aumento na quantidade de aposentadorias de um salário mínimo cedidas nesse período (2004 a 2012), o que poderia ser explicado pela diminuição do bônus demográfico pelo qual o país passa. O segundo fator se dá pelo aumento real no valor do salário mínimo que pode ter abocanhado as aposentadorias acima de um salário, porém, próximas a esse valor. Considerando que as aposentarias, acima de um salário, são reajustadas pela inflação do período e o salário, como já dito, teve aumento real (reajuste acima da inflação), em algum momento, dentro do período de 2004 a 2012, as aposentadorias acima de um salário convergiram para um salário mínimo.

A parcela 10, embora tenha pouca participação na formação da RDPC (apenas 2,44% em 2012), ela aumentou 51,6% de 2004 a 2012. Segundo Hoffmann (2013) parte significativa dessa parcela é proveniente de programas governamentais como o programa Bolsa Família.

Todavia, qualquer análise referente ao aumento da participação das parcelas 5 e 10 na formação da RDPC dependem, necessariamente, de estudos mais aprofundados que, nesse trabalho, fica como sugestão para trabalhos posteriores.

No que se refere a análise do grau de progressividade das parcelas que formam a renda, ficou evidente a regressividade das parcelas 2, 4, 6 e 9. A parcela 2 (militar e

funcionário público), com participação relativamente constante na formação da RDPC (em torno de 10%) foi a que, juntamente com a parcela 6 (aposentadorias e pensões acima de 1 salário mínimo) que menos contribuiu para o aumento da concentração da renda. Todavia, isso não dá a ela nenhuma vantagem em relação às demais parcelas regressivas, tornando necessária a avaliação dos fatores que a tornam regressiva.

As parcelas 4 (renda dos empregadores) e 9 (renda de aluguel) podem ser consideradas rendas inerentes da formação de capital a qual o indivíduo detém. Onde, a parcela 4 se destaca por ser a que tem maior contribuição para o aumento da concentração da RDPC. Considerando que ela participou com 9,32% na formação da RDPC, é ela a maior responsável em não permitir uma redução maior dos índices de concentração da renda do Brasil de 2004 a 2012.

As parcelas que apresentaram grau de progressividade positivo foram as parcelas 1, 3, 5, 7, 8 e 10. A parcela 1 merece atenção por ser ela a que tem maior participação na formação da RDPC, o que faz dela a principal responsável pela redução dos índices de concentração de renda do Brasil. Todavia, a parcela que mais chama atenção é a 10 que, embora tenha várias rendas embutidas nela e pouca participação na formação da RDPC (2,44% em 2012) ela é a que apresentou maior grau de progressividade positivo.

REFERÊNCIAS

AMADEO, E.; GILL, I.S.; NERI, M.C. **Brazil: the pressure points in labor legislation**. Rio de Janeiro: Ensaio Econômico-FGV, 2000. 27 p. (workingpaper, 395).

BARROS, R.; MENDONÇA, R. S. P. **Os determinantes da desigualdade no Brasil**. Rio de Janeiro: IPEA, 1995. 59 p. (IPEA. Texto para Discussão, 377).

BARROS, R.; CARVALHO, M. DE; FRANCO, S.; MENDONÇA, R. S. P. **A queda recente da desigualdade de renda no Brasil**. Rio de Janeiro: IPEA, 2007. 24 p. (IPEA. Texto para Discussão, 1258).

_____. **Markets, the State and the Dynamics of Inequality: the Case of Brazil**. New York: UNDP, 2010. 54 p. (DiscussionPaper).

ERCELAWN, A. Income inequality in rural Pakistan: a study of sample villages. **Pakistan Journal of Applied Economics**, Karachi, v. 3, p. 1-28, 1984.

FERREIRA, C. R. **Participação das aposentadorias e pensões na desigualdade da distribuição de renda do Brasil no período de 1981 a 2001**. 2003. 136 p. Tese (Doutorado em Economia Aplicada) - Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”, Universidade de São Paulo, Piracicaba, 2003.

A Recente Evolução da Distribuição de Renda por Parcelas da Renda Domiciliar Per Capita no Brasil

FERREIRA, C. R.; ALMEIDA-GABRIEL, F. B.; SOUZA, S. C. I.; BAPTISTELLA, J. C. F. Concentração de renda *per capita* no Brasil e Brasil Rural, 1981 a 2006: uma avaliação das aposentadorias e pensões. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 47., 2009, Porto Alegre, **Anais eletrônicos...** Brasília: SOBER, 2009. 19 p. Disponível em: <<http://www.sober.org.br/palestra/13/800.pdf>> Acesso em: 15 jun. 2012.

FERREIRA, C. R.; ALMEIDA-GABRIEL, F. B.; SOUZA, S. C. I.; CAMARA, M. R. G. Equidade Previdenciária Rural: Uma análise a partir da Lei 8.213, de 24 de julho de 1991. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 48., 2010, Campo Grande, **Anais eletrônicos...** Brasília: SOBER, 2010. 20 p. Disponível em: <<http://www.sober.org.br/palestra/15/256.pdf>> Acesso em: 10 jun. 2012.

FISHLOW, A. Brazilian size distribution of income. **American Economic Review**, Pittsburgh, v. 62, n. 2, p. 391-402, 1972.

HOFFMANN, R.; DUARTE, J. C. A distribuição da renda no Brasil. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 12, n. 2, p. 46-66, 1972.

HOFFMANN, R.; NEY, M. G. A recente queda da desigualdade de renda no Brasil: análise de dados da PNAD, do Censo Demográfico e das Contas Nacionais. **Econômica**. Rio de Janeiro, v. 10, n. 1, p. 7-39, jun. 2008.

HOFFMANN, R. A Subdeclaração dos rendimentos. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v.2, n.1, p.50-54, 1988.

_____. Evolução da distribuição da renda no Brasil, entre pessoas e entre famílias, 1979/86. In: SEDLACEK, G. L., BARROS, R. P. **Mercado de trabalho edistribuição de renda: uma coletânea**. Rio de Janeiro: IPEA, 1989. cap. 2, p. 25-53.

_____. **Desigualdade e pobreza no Brasil no período 1979-99**. Campinas: Instituto de Economia da Unicamp, 2000. 24 p. Mimeografado.

_____. A distribuição da renda no Brasil no período de 1992-2001. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 11, n. 2, p. 213-235, jul./dez, 2002.

_____. Inequality in Brazil: the contribution of pensions. **Revista Brasileira de Economia**, Rio de Janeiro, v. 57, n. 4, p. 755-773, out./dez, 2003.

_____. As transferências não são a causa principal da redução na desigualdade. **Econômica**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 2, p. 335-341, 2005.

_____. Desigualdade da distribuição de renda no Brasil: a contribuição de aposentadorias e pensões e de outras parcelas do rendimento domiciliar *per capita*. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 18, n. 1, p. 213-231, abr. 2009.

_____. The evolution of income distribution in Brazil. In: BAER, W; FLEISCHER, D (Org.). **The Economies of Argentina and Brazil: a comparative perspective**. Cheltenham: Edward Elgar, 2011. cap 11, p. 187-218.

_____. Transferências de Renda e Desigualdade, Brasil, 1995-2011. In CAMPELLO, T.; NERI, M. C. (Orgs). **Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania.** Brasília: IPEA, 2013. cap. 12, p. 207-216.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios.** Rio de Janeiro, 1995, 1996, 1997, 1998, 1999, 2001, 2002, 2003, 2004, 2005, 2006, 2007, 2008, 2009, 2011 e 2012.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA - IPEA. **Sobre a Recente Queda da Desigualdade de Renda no Brasil:** nota técnica. Brasília: IPEA, 2006. 60 p.

_____. **PNAD 2009 – Primeiras Análises:** distribuição de Renda entre 1995 e 2009. Brasília: IPEA, 2010. 22 p. (Comunicado IPEA, 63).

KINGSTON, J. A desigualdade na distribuição das rendas. **Revista Brasileira de Economia,** Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 7-89, mar, 1952.

LANGONI, C. **Distribuição de renda e desenvolvimento econômico no Brasil.** Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1973. 280 p.

LERMAN, R. I.; YITZHAKI, S. Income inequality effects by income source: a new approach and applications to the United States. **The Review of Economics and Statistics,** Cambridge, v. 67, n. 1, p. 151-155, fev. 1985.

_____. Changing ranks and the inequality impacts of taxes and transfers. **National Tax Journal,** Washington, v. 48, n. 1, p. 45-59, mar. 1995.

MAIA, A. G. A contribuição das fontes de rendimento na dinâmica da distribuição espacial de renda no Brasil. **Nova Economia,** Belo Horizonte, v. 20 n. 3 p. 461-490, set./dez. 2010.

MARIANO, J. L.; LIMA, R. A desigualdade de renda rural no nordeste: análise da desagregação do coeficiente de Gini e da sensibilidade do índice de bem-estar de Sem. **Análise Econômica,** Porto Alegre, v. 16, n. 29, p. 103-118, mar. 1998.

NASCIMENTO, A. F.; REIS, C. N. Os Programas de Transferência Condicionada de Renda na América Latina: especificidades de uma realidade que se mantém. **Revista de Políticas Públicas,** São Luiz, v. 13, n. 2, p. 183-193, dez. 2009.

NEDER, H. D. Os efeitos das atividades não-agrícolas na distribuição de renda no meio rural. In CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 39., Recife. **Anais...** Brasília: SOBER, 2001. 19 p. 1 CD-ROM.

PYATT, G.; CHEN, C.; FEI, J. The distribution of income by factor components. **The Quarterly Journal of Economics,** Cambridge, v. 95, n. 3, p. 451-473, nov. 1980.

RAMOS, L. R. A. **A distribuição de rendimentos no Brasil: 1976/85.** Rio de Janeiro: IPEA, 1993. 135 p.

SANTOS, A. A. L. **Desigualdade de Renda no Nordeste Brasileiro no Período Recente, 2001-2007.** 2009. 128 p. Dissertação (Mestrado em Economia) – Departamento de Economia, Universidade Estadual de Maringá, Maringá. 2009.

A Recente Evolução da Distribuição de Renda por Parcelas da Renda Domiciliar Per Capita no Brasil

SOARES, S. S. D. **Distribuição de renda no Brasil de 1976 a 2004 com ênfase no período entre 2001 e 2004.** Brasília: IPEA, 2006a. 31 p. (Texto para Discussão, 1166).

SOARES, F. V.; SOARES, S.; MEDEIROS, M.; OSÓRIO, R. G. **Programas de transferência de renda no Brasil: impactos sobre a desigualdade.** Brasília: IPEA, 2006, 41 p. (Texto para Discussão, 1228).

WAJNMAN, S.; TURRA, C. M.; AGOSTINHO, C. S. Estrutura domiciliar e distribuição da renda familiar no Brasil. In: BARROS, R.; FOGUEL, M. N.; ULYSSEA, G. (Eds). **Desigualdade de Renda no Brasil: uma análise da queda recente.** 2007. v. 1, cap. 14, p. 423-442.

ⁱ Trabalho apresentado no XIX Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP, realizado em São Pedro/SP – Brasil, de 24 a 28 de novembro de 2014, com apoio financeiro da Fundação Parque Tecnológico Itaipu – Brasil e Fundação Araucária (Edital FPTI-BR N° 058/2014), no âmbito do Projeto “Distribuição de Renda e Pobreza na Mesorregião Oeste do Paraná”.